



UNILAB

**Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira**

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES**

ISABEL CAROLINA BARBOSA

**DISCRIMINAÇÃO POR GÊNERO: VIVÊNCIAS E RELATOS DE
ALUNAS E ALUNOS NO COLÉGIO ESTADUAL ANCHIETA.**

REDENÇÃO

2017

ISABEL CAROLINA BARBOSA

**DISCRIMINAÇÃO POR GÊNERO: VIVÊNCIAS E RELATOS DE ALUNAS E
ALUNOS NO COLÉGIO ESTADUAL ANCHIETA.**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, no curso de bacharelado em humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

ORIENTADORA: Professora Dra. Natália Cabanillas

REDENÇÃO

2017

DISCRIMINAÇÃO POR GÊNERO: VIVÊNCIAS E RELATOS DE ALUNAS E ALUNOS NO COLÉGIO ESTADUAL ANCHIETA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como exigência para a obtenção parcial do título de Bacharel em Humanidades.

Data de Aprovação: Acarape- CE, _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA:

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e ao universo por toda a minha caminhada até aqui. À minha família que durante toda minha vida tem me apoiado, mesmo quando minhas escolhas pareciam erradas, vocês permaneceram e me deram forças para continuar. Em especial aos meus irmãos Célia, Edval, Vera e à minha mãe Bibi, sem vocês, eu não teria chegado tão longe e não seria quem eu sou, meu muito obrigada.

Aos meus amigos, meus fiéis incentivadores e apoiadores, obrigada por cada mesa de bar, conversas e problematizações. Renas, Nara, Juliana, Bruno, Fernanda, Cláudio e Patrícia vocês tornaram o meu caminho mais divertido, alegre e feliz. Ao Wesley, por me ajudar e acolher quando eu mais precisei, sem o seu apoio, certamente eu não estaria concluindo essa etapa. À Karoline por chegar nesta reta final e me fazer entender que eu realmente posso ir além.

A todos os meus professores que contribuíram para a minha formação até hoje, vocês são exemplos de que através da educação, tudo é possível. Um agradecimento especial à Professora Dra. Larissa Gabarra que esteve comigo durante toda a minha caminhada dentro da Unilab. À minha orientadora Professora Dra. Natália Cabanillas por me acolher e me ajudar a concluir este projeto.

SUMÁRIO	
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. OBJETIVO	10
1.1 Objetivo Geral	
1.2 Objetivo específico	7
3. JUSTIFICATIVA	11
4. METODOLOGIA	14
4.1. Procedimentos Utilizados	16
4.2. Os Participantes e o Campo	17
4.3 Análise dos Resultados	17
5. REFERENCIAL TEÓRICO	17
5.1. A Identidade	19
5.2. Docentes	21
5.3. Políticas Públicas	22
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24

1. INTRODUÇÃO

A escola é o principal espaço de interação social, cultural e de aprendizado na atual sociedade. É nela que as primeiras relações fora do âmbito familiar são feitas e moldadas, e é por meio dela também, que as identidades são construídas. As experiências vividas no ambiente escolar influenciam diretamente na vida das crianças e adolescentes, e em muitos casos, produzem efeitos que são protagonizados até a vida adulta.

Nos últimos anos, muito tem se discutido sobre as questões de gênero e a identidade nas escolas, em como esses processos de reconhecimento e aceitação devem ou não ser debatidos com as crianças e adolescentes em idade escolar. Para Lino (1996) é preciso entender que os sujeitos que fazem parte desse processo, sejam eles/as professores/as e alunos/as, estabelecem diversas identidades, tanto na vida pessoal ou profissional, e assim, precisam compreender como isso afeta suas vidas, principalmente na escola.

Tendo em vista esses processos de construções e aceitações, é necessário falar sobre o movimento feminista no Brasil para que se apresente de forma mais profunda o tema, pois é nele que também se busca inspirações para a realização deste projeto.

No Brasil Império (1822-1889) algumas figuras femininas aparecem dentro da história do Brasil. Dentre elas, Anita Garibaldi aparece como protagonista durante a “Guerra dos Farrapos”, outra figura que aponta nesse mesmo cenário é Maria da Glória Sacramento, uma professora que se recusa a ensinar prendas domésticas e como punição, tem seu ordenado suspenso.

Com o movimento abolicionista, cresce o desejo de que o papel de submissão das mulheres na sociedade venha a mudar. Aqui, aparece a figura de Nísia Floresta Brasileira Augusta, uma das primeiras feministas do Brasil. Ela defendeu a abolição da escravatura, a emancipação da mulher e a instauração da república (TELES, 1993).

Dandara dos Palmares é outro exemplo da luta das mulheres nesse período da escravidão, lutando contra a Coroa Portuguesa pelas reivindicações dos quilombolas. No Ceará, a figura de Tia Simoa aparece como parte fundamental na

negociação com a população para que se apoiasse a greve dos jangadeiros, que foi um marco importante para o fim da escravidão. (GONÇALVES, 2017).

Com a industrialização, o advento do modo de produção capitalista, surgem novas demandas, a sociedade passa por profundas transformações sociais, dentre elas, as mulheres passam a trabalhar nas fábricas. Em 1906 foi realizado o I Congresso Operário Brasileiro, e nele, foi aprovada a luta pela regulamentação do trabalho feminino nas fábricas.

Em contrapartida, mulheres negras, em sua grande maioria, no século XIX, já eram escravizadas de diversas formas, vendidas aos senhores de engenhos, obrigadas a trabalhar nas lavouras ou como empregadas, além de serem forçadas a servir de objeto sexual para muitos dos senhores, e em muitas vezes, abusadas sexualmente e psicologicamente por eles.

Dentro dessa perspectiva de feminismo e gênero, é necessário falar que existiram e existem algumas diferenças em relação à mulher e sua história de luta pela conquista de espaço dentro da sociedade. Que desde muito cedo, o recorte racial se fez e até hoje se faz presente nas interações sociais. Assim sendo, as relações de discriminação por gênero também se pautam diante dele.

A revolução de 30 no Brasil deu espaço para que as mulheres tivessem o direito ao voto. Em 1934, com a Constituição Brasileira, depois de muita luta, foi reconhecido e aprovado o voto feminino. Aqui, mais uma mulher se destacou, Carlota Pereira de Queirós foi fundamental na aprovação deste direito. O voto feminino só tornou-se obrigatório em 1946.

Muitos outros acontecimentos foram surgindo para que a condição de submissão da mulher na sociedade brasileira fosse aos poucos mudada. A greve dos Ferroviários de Cruzeiro, em São Paulo, iniciada por mulheres. A primeira Assembleia Nacional das Mulheres. Em 1956 a Conferência Nacional das Trabalhadoras, são alguns exemplos da luta do movimento feminista brasileiro.

Durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1989, após a Convenção dos Direitos da Criança, elegeu a “Menina” como objetivo prioritário para a década de 90. A partir daí, ocorreram 5 conferências internacionais que tiveram como foco temas relativos a mulher e as políticas públicas de incentivo ao combate e a discriminação por gênero.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos, aprovada na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em 1990, na Tailândia, em Jomtien, traz no seu artigo 3º a promoção da equidade “A prioridade mais urgente é melhorar a qualidade e garantir o acesso à educação para meninas e mulheres, e superar todos os obstáculos que impedem sua participação ativa no processo educativo. Os preconceitos e estereótipos de qualquer natureza devem ser eliminados da educação”.

É de interesse da sociedade entender e analisar como esses processos que buscam equidade têm sido construídos nos últimos anos, como as políticas públicas foram e estão sendo realizadas para diminuir a disparidade criada por meio da discriminação de gênero.

E é dentro da perspectiva da educação escolar que pretende-se explorar como as relações de discriminação por gênero se compõem e em como a visão androcêntrica pode afetar diretamente na construção das relações entre os adolescentes dos primeiro ano do ensino médio do Colégio Estadual Anchieta. É possível identificar e analisar como esses processos podem influenciar diretamente no desempenho escolar desses adolescentes.

A escola escolhida será o Colégio Estadual Anchieta, localizado na rua Antônio Gomes Bessa, 60, bairro parque Iracema, em Maranguape, Ceará. Maranguape é uma cidade da região metropolitana de Fortaleza, com aproximadamente 127 mil habitantes, o número de matrículas no ensino médio em 2015 foi de 4.638 e o município, em 2014, possuía um PIB per capita de R\$ 8684.24.

O Colégio Estadual Anchieta foi fundado pelo professor Osório Uchôa Soares Campos em 15 de janeiro de 1939, na Parangaba, subúrbio de Fortaleza, onde funcionou até o dia 30 de novembro de 1942, com o nome de Colégio Brasil, sendo o Diretor Geral o próprio fundador.

No mês de dezembro de 1942, transferiu-se para cidade de Maranguape, mudando sua denominação para Instituto Padre Anchieta por sugestão de Cônego Raimundo Pinto de Albuquerque. Em 2 de setembro de 1963, o colégio foi encampada pelo Governo do Estado, de acordo com a Lei 6.494, publicada no D.O.E. de 9 de setembro do mesmo ano. Em 1965, mudou-se para o Parque

Iracema, onde até hoje funciona, sendo ali inauguradas suas novas instalações a 11 de abril do mesmo ano.

A atual diretora é Adelaide Maria de Abreu Almeida. São 751 alunos, 63 funcionários, 13 salas de aulas, laboratório de informática, laboratório de ciências, sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado (AEE), quadra de esporte coberta, cozinha, sala de leitura, banheiros adequados para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sala da secretaria, sala da diretoria, sala dos professores, despensa, almoxarifado e auditório, segundo o Censo IBGE 2016.

2. OBJETIVO

2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral da pesquisa é analisar como os processos de discriminação ligados ao gênero ocorrem dentro do ambiente escolar no 1º ano do ensino médio do Colégio Estadual Anchieta, em Maranguape.

2.2. Objetivo Especifico

Identificar os tipos de discriminação/bullying presentes nas narrativas dos/as adolescentes.

Analisar as narrativas e relatos sobre as relações de gênero de meninas e meninos do primeiro ano do ensino médio.

Observar os comportamentos das adolescentes que sofrem discriminação e dos estudantes que cometem atos discriminatórios/bullying.

3. JUSTIFICATIVA

O intuito da pesquisa é identificar como os processos de discriminação por gênero ocorrem dentro do ambiente escolar. A escola como espaço de troca de relações sociais e culturais, em algumas situações, reproduzem comportamentos que são apresentados fora dos muros da escola, como bullying, machismo, racismo, intolerância religiosa. Dentro dessa perspectiva de reprodução de comportamento é necessário entender na prática, como esses processos de discriminação por gênero se apresentam no dia a dia escolar.

Alguns fatores já conhecidos, como o bullying, podem influenciar diretamente nos processos de interação social e aprendizado dos alunos. Segundo Menegotto (2013) o bullying provoca efeitos nocivos nos envolvidos, e de forma mais evidente na vida das vítimas.

Uma pesquisa da Organização das Nações Unidas (ONU) realizada em 2016, com 100 mil crianças e jovens de 18 países, revelou que pelo menos 50 mil sofreram algum tipo de bullying, seja por aparência física, gênero, orientação sexual, etnia ou país de origem. No Brasil, o percentual é de 43%. Já no estado do Ceará, pelo menos 45,4% dos alunos da rede pública e 50,8% na rede privada, sofreram algum tipo de intimidação, segundo dados apresentados na Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE, 2015).

E para também entender melhor a finalidade desta pesquisa, é importante falar sobre a violência relacionada à mulher. O Fórum Brasileiro de Segurança realizou uma pesquisa por meio do Instituto Datafolha, no ano de 2016, com a objetivo de entender melhor os números dessa violência. Os números encontrados são alarmantes e despertam uma profunda reflexão para o que vem ocorrendo na vida das mulheres e adolescentes brasileiras.

De acordo com a pesquisa, uma em cada três mulheres sofreram algum tipo de violência no último ano de 2016. São 503 mulheres vítimas de agressões físicas

a cada hora no país. Além disso, 40% das mulheres acima de 16 anos, que foram entrevistadas, disseram ter sofridos algum tipo de assédio.

E dando continuidade aos dados estatísticos, é preciso citar alguns números que dizem respeito às mulheres negras no Brasil. A taxa de homicídio, por exemplo, caiu 9,8% entre as mulheres brancas, já entre as mulheres negras, aumentou 54,2%. Além de terem duas vezes mais chances de sofrerem feminicídio em relação às mulheres brancas, 68,8%, segundos dados do Ministério da Justiça e das Organizações das Nações Unidas (ONU).

Como Louro (1997) explica, pretende-se usar o conceito de gênero ligado diretamente às questões feministas e às violências sofridas por mulheres/adolescentes no âmbito escolar. Como a opressão de uma sociedade que pratica violências, tanto no campo simbólico, como no campo prático contra a mulher, vem influenciando diretamente nas relações dos adolescentes do ensino médio do Colégio Anchieta, em Maranguape-CE.

Diante das estatísticas é necessário entender como as relações de poderes se desenvolvem dentro da escola. Como o adolescente homem e a adolescente mulher lidam com esses processos de discriminação na rotina escolar. E dentro desses processos, há de se perceber também, como se desenvolvem as relações dessas adolescentes que sofrem discriminação por gênero com os professores, diretores, coordenadores e funcionários do colégio.

O que pode ser uma simples brincadeira para alguns/as, pode torna-se um ato discriminatório para outros/as. E dentro dessa visão, há de se falar que em muitos casos, esse ato é banalizado e minimizado justamente por ser uma mulher a sofrê-lo. “Isto porque, sendo a escola um espaço de coexistência entre os sexos, o mesclar-se dinâmico desses mecanismos é vivenciado a partir da reprodução das representações do masculino e do feminino que se apresentam e se impõem, no caso, às meninas e aos meninos estudantes.” (NUNES, 2012, p. 721)

Como esses atos ocorrem na prática, quem os pratica e de qual lugar partem esses atos. São questões que precisam ser respondidas, pois como mostram as estatísticas, essas ações ocorrem frequentemente no espaço escolar.

É de extrema importância que ocorram estudos nesse campo, com enfoque nos atos de discriminação por gênero para que se possa compreender e combater esses tipos de comportamentos. A escola é espaço de construção de saberes e

formação de identidades, na sociedade contemporânea é o local, no qual, crianças e adolescentes passam a maior parte dos seus dias.

A escolha do Colégio Anchieta se deu por ser um dos mais antigos e tradicionais colégios da cidade de Maranguape-CE. Nele, já passaram gerações inteiras de uma mesma família, além de ser voltado para o ensino médio e abranger diversos adolescentes com perfis bastante distintos, vindos tanto da zona rural, como da zona urbana, de diversas classes sociais e realidades diversificadas.

A escolha do primeiro ano do ensino médio deu-se por ser uma fase de transição, tanto no plano educacional, pois estes (as) alunos (as) estão se despedindo do ensino fundamental e ingressando no ensino médio. Como também por ser o ano em que os adolescentes entram em contato pela primeira vez com a instituição de ensino, tornando-o assim, um novo ambiente, que certamente produzirá novas descobertas e interações no âmbito das relações sociais.

4. METODOLOGIA

A pesquisa a ser feita neste projeto pode ser considerada como pesquisa qualitativa. “Por fim, é necessário afirmar que o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante” (MINAYO, 2001, p.15). As significações, definições, as interações sociais, são por si próprias, objetos de estudos e de pesquisa. Por meio dessa realidade tão rica, é possível que se elabore questionamentos, problemas, e por meio dela mesma, se faça pesquisa para melhor entendê-la.

Para Creswell (2010) a pesquisa qualitativa é um método que requer a utilização de dados coletados a partir do ambiente em que o participante está envolvido. Tudo isso a partir de processos e questionamentos que usam a interpretação por meio de significados e temas em gerais que foram encontrados no local, e assim, utilizando diferentes estratégias de investigação.

Como Creswell (2010) explica, os participantes da pesquisa tendem a se envolver cada vez mais nesse processo, e diante disso, este projeto irá utilizar o método de pesquisa qualitativa narrativa. A escolha desse método é levando em conta que os relatos e vivências que serão produzidos ajudará a entender melhor como a discriminação por gênero ocorre dentro das escolas e como isso pode afetar a vida escolar dos adolescentes.

As Segundo Bruner (2002, p. 46), “uma narrativa é composta por uma sequência singular de eventos, estados mentais, ocorrências envolvendo seres humanos como personagens ou autores”, diante dessa afirmativa, tal abordagem

vem ganhando cada vez mais espaço dentro dos estudos dos fenômenos sociais, pois permite compreender de forma mais profunda a construção dos dados.

É necessário mencionar também as metodologias feministas e as suas preocupações no que diz respeito a realização das pesquisas, já que o enfoque dado neste projeto, se refere diretamente ao recorte de gênero ligado à mulher. A mudança social e a preocupação com uso de linguagem não sexistas fazem parte desta metodologia, segundo (EICHELER, 1988).

4.1. Procedimentos Utilizados

A entrevista narrativa é um método utilizado nas pesquisas qualitativas, que usa a forma de entrevista não estruturada, visando a profundidade. Suas propriedades bem específicas, ajudam a surgir histórias e relatos bem peculiares, pois estimula o entrevistado a contar fatos e acontecimentos dentro do contexto a ser explorado. A influência do narrador deve ser mínima.

Jovchelovich e Bauer (2002) deixam claro a importância do uso da linguagem na hora que as entrevistas ocorrem. É preciso respeitar as particularidades de cada sujeito entrevistado, sem impor um modo específico de uso da linguagem, pois acredita-se que espontaneidade de cada participante ajuda na compreensão dos fatos e na interligação com o contexto social a ser investigado. A troca de diálogo entre o sujeito entrevistado/a e o entrevistador/a, ajudando a surgir relatos e histórias é uma importante característica das entrevistas narrativas.

A entrevista narrativa como uma técnica utilizada para emergir histórias, torna-se aberta no que diz respeito ao procedimento analítico que são necessários para a construção dos dados (JOVCHELOVITCH e Bauer, 2011). O primeiro método de análise da entrevista narrativa é a transcrição das entrevistas gravadas.

O sucesso de uma boa entrevista narrativa passa por essa transcrição da construção dos dados. É de extrema importância que os mínimos detalhes sejam relatados. O tom de voz, pausas, suspiros, por exemplo, são importantes nesta parte do processo, até mesmo o que não foi dito poderá ser passível de análise. O contexto onde entrevista teve lugar, o ambiente e a relação prévia entre entrevistadora e os/as entrevistadas, assim como a identificação de gênero, a faixa etária e racial dos sujeitos envolvidos são elementos fundamentais da pesquisa qualitativa.

As etapas de construção da entrevista narrativa passam pelas seguintes fases:

“Preparação, ou seja, estabelecimento de vínculos no campo onde acontecerá a pesquisa; Iniciação, que é a elaboração do tópico inicial para a narração; Narração Central, basicamente é não interromper o entrevistado e ficar atento aos sinais para que haja encorajamento do participante; Fases de Perguntas, nesta etapa é importante não dar opiniões e a Fase Conclusiva, na qual, se para de gravar e pode-se fazer perguntas do tipo “por quê” e também fazer anotações.” (JOVCHELOVITCH e Bauer, 2002).

A entrevista episódica será a técnica utilizada dentro dos procedimentos. Essa abordagem tem como método se utilizar de alguns pressupostos teóricos que podem ser encontrados em diferentes áreas das ciências humanas (FLICK, 2011). Ela constrói os dados e informações das ciências sociais, além de estudar as representações sociais

Leva-se em conta que as experiências vividas pelos participantes são o ponto inicial das construções narrativas que interligam as histórias que serão contadas, ou seja, um fato, um acontecimento, uma determinada situação vivida é capaz de fazer essa ligação entre o contexto a ser pesquisado e o indivíduo. (FLICK, 2011). Tendo em vista todo esse processo, aparecem aqui as memórias, que podem ser a semântica e episódica. A memória episódica é aquela que remete ao conhecimento concreto, já a semântica passa pela ideia do conhecimento abstrato.

Entrevistas episódicas devem permitir que a narração dos acontecimentos seja ligada a fatos concretos. Tendo isso em vista, é necessário que haja uma abertura na hora da narração da entrevista, para que os episódios, situações vividas possam ser contadas abertamente e estes acontecimentos sejam analisados. A entrevista episódica sempre busca narrativas e respostas.

Com todas essas colocações é possível fazer um roteiro da entrevista com as seguintes perguntas:

1. O que significa ser mulher, adolescente, menina para você?
2. Você já sofreu algum ato discriminatório ou bullying por ser mulher?

3. Se a sua resposta for sim, você acha que isso prejudicou seu rendimento escolar?
4. Você já cometeu algum ato discriminatório ou bullying com alguma colega por ela ser mulher?
5. Se sua resposta for sim, de onde você tirou motivação para tal acontecimento?
6. A escola, diretores, professores, coordenadores deram algum suporte para que esses atos fossem investigados e combatidos?
7. Você deseja relatar como ocorreu esse fato?

4.2. Os Participantes e o Campo

Como já mencionado, os alunos que participarão deste projeto contemplam o primeiro ano do ensino médio do Colégio Estadual Anchieta. A escola fica localizada na cidade de Maranguape-CE, no bairro Parque Iracema. As idades dos participantes variam entre quatorze e dezesseis anos. O fato da escola ser voltada para o ensino médio e as idades dos participantes foram fundamentais para a escolha, além de terem noções de como podem acontecer atos de discriminação ou bullying.

Este projeto terá como ponto inicial uma conversa com a diretora e coordenadores sobre o tema a ser abordado, uma explicação prévia de como serão utilizados os procedimentos, as entrevistas e o porquê da escolha do colégio.

Será necessário também que se explique a importância do tema a ser pesquisado, para que crie-se um certo interesse entre os participantes, sejam eles docentes, discentes e corpo administrativo. Aqui, pretende-se a realização de uma palestra ou oficina, ministrada pela autora deste trabalho. Após essa etapa, começará a busca por interessados em participar diretamente no projeto.

Todas essas etapas deverão passar por pedidos de autorização, que serão feitos formalmente, junto à direção da escola, como também aos alunos, criando um termo de permissão, onde explica-se a relevância da pesquisa, o porquê, e pedido de consentimento, este deverá ser assinado pelos pais dos alunos e os próprios

alunos. Todas as falas dos participantes deverão ser mantidas intactas, como manda a entrevista episódica.

Caso seja necessário, a observação em sala de aula e nos intervalos não estará descartada.

4.3. Análise dos Resultados

A abordagem qualitativa narrativa por meio da entrevista episódica requer uma profunda apreciação de todo o material que será produzido. Os dados construídos deverão passar uma avaliação criteriosa, sempre tentando ligar o contexto social dos acontecimentos e a temática abordada e as experiências vividas pelos participantes.

As transcrições serão analisadas criteriosamente, envolvendo todo os passos que já foram citados neste capítulo.

Caregnato e Mutti (2006) afirmam que a análise de conteúdo se divide em três partes, a primeira pela pré-análise, a segunda acontece na exploração do material e a terceira é realizada pelo tratamento dos resultados e suas interpretações.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

Dentro da perspectiva que se propõe este projeto é preciso começar falando sobre a interseção entre gênero e raça. E dentro dessa categoria, é imprescindível discorrer um pouco sobre história das mulheres negras no Brasil, para que se interprete de forma mais eficaz a realidade de atos discriminatórios que podem ocorrer no ambiente escolar.

Sueli Carneiro (2011) no artigo “Enegrecer o Feminismo” retrata as diferenças presentes no tratamento entre mulheres negras e brancas ao longo da história brasileira. A trajetória das mulheres negras desde a colonização, na qual, foram escravizadas das mais diversas formas possíveis, passando pelo campo da violência sexual, servindo aos seus senhores, trabalhando em lavouras, como quituteiras, prostitutas, deixa claro a condição de inferioridade que sempre perpetuou essas mulheres.

“É possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades.” (P. 2).

Sueli Carneiro (2011) também explica o quão necessário é entender essas diferenças que são reguladas por meio do racismo, do tratamento de inferioridade que é dado à mulher negra, para que os movimentos de luta tradicionais, como o próprio feminismo, possa englobar em suas pautas a luta por políticas públicas que estejam voltadas especificamente para as necessidades das mulheres negras.

“Esse novo olhar feminista e anti-racista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra.” (CARNEIRO, 2001, P. 2).

Todo esse percurso de luta passa por construções de identidades quando se quer analisar as relações que podem ser desenvolvidas dentro da escola. O corpo administrativo, passando por funcionários, professores, professoras, coordenadores e diretores devem procurar compreender como esse histórico de vida das mulheres brasileiras, tanto as negras como brancas, podem influenciar quando se fala em atos de discriminação de gênero.

Lino (1996) retrata como a ideologia racial é reproduzida dentro do ambiente escolar, muitas vezes não se limitando a ele. Essa ideologia incide na formação daqueles que se propõem a trabalhar diretamente na educação de crianças e jovens. E a escola como reprodutora de valores culturais, sociais e etc. tende a lidar com situações que podem repetir, por exemplo, o machismo e o racismo. Alguns docentes perpetuam essa ideologia, e em muitos casos, não sabem lidar com as ocorrências que levam ao ato de discriminação dentro do espaço escolar.

As dificuldades dos professores e professoras em lidar com esses atos podem ser explicados historicamente. O senso comum costuma se fazer presente nos debates em sala de aula, pois estes educadores e educadoras tendem a reproduzir o que lhes foi ensinado durante os anos de formação que receberam, como também, o que aprenderam fora do debate acadêmico. Os discursos podem vir carregados tornar-se sexistas e machistas, como explica Lino (1996).

5.1 A Identidade

As identidades masculinas e femininas passam pela construção cultural, social e histórica. Silva (2011) discorre a respeito da identidade e da diferença, e da relação que as duas possuem no sentido de coexistir. A partir do momento que o indivíduo faz uma afirmação para dizer o que se é, a que nacionalidade pertence, por exemplo, ele também está dizendo aquilo que não faz parte de sua identidade. É nessa relação que pode-se analisar a construção de identidades, e assim, entender de onde podem partir atos de discriminação por gênero. “Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais” (SILVA, 2000, P. 75).

Como essa construção se dá no campo social e cultural, elas interpassam pelas relações de poder, competem entre si e em muitos casos, são impostas, Silva (2011). Em muitas situações, essa disputa é por acesso aos bens sociais que são disponibilizados na sociedade, por querer pertencer a um determinado grupo que pode ter acesso privilegiado em relação aos demais dentro das esferas sociais.

A partir dessa visão, é possível compreender a posição das mulheres dentro da sociedade, que o tipo de relação de poder existente nas construções das identidades visam priorizar um determinado grupo social eleito. Aqui, pode-se entender como os homens, dentro da sociedade brasileira, construíram e até hoje têm uma posição de vantagem dentro das mais diversas esferas sociais. O patriarcalismo molda as construções sociais que são produzidas nas identidades.

A posição social ocupada por mulheres é, muitas vezes, regada de comparações, preconceitos e atos discriminatórios. São exemplos disso, a questão salarial, na qual, mulheres possuem níveis de escolaridade mais altos que os homens e mesmo assim, ganham 62% a menos, segundo dados do IGBE. Diante dessa disparidade, é inegável que não se repense as relações de poder que se dão nas construções sociais.

Essas relações também são construídas dentro da escola. Começando pela visão que ocupa no imaginário coletivo, no que diz respeito à mulher ter como papel e função, cuidar e educar. Izquierdo (1991) relaciona que o preconceito vem da hierarquização por gênero, levando as relações de dominação e submissão.

As atividades específicas dos machos, relativas à produção e administração das coisas, consideram-se fundamentais, de primeira ordem. A partir dessa valorização distinta do masculino e do feminino constrói-se uma hierarquia dos gêneros. A hierarquia dos gêneros conduz ao estabelecimento de relações de dominação/subordinação. (p. 82)

A visão androcêntrica apossa-se do feminino, tornando-a quase uma subcategoria, é como se o feminino ocupasse seu espaço, porém, de acordo com o que o masculino deseja. Toda a construção social em torno do feminino passa por uma leitura e comparação ao modelo central, ou seja, a figura do homem, do masculino. A partir disso, as construções vão sendo moldadas, e mais uma vez, encontra-se a relação de dominação e submissão.

Nessa relação de quem domina e de quem é dominado, pode-se discorrer sobre como algumas brincadeiras, jogos e entretenimento que acontecem nas escolas Brasil a fora, demonstram na prática a reprodução de comportamentos machistas e discriminatórios. A divisão de trabalhos em sala de aula, também pode representar as construções de identidade e relações sociais pautadas pela visão androcêntrica e a dominação patriarcal.

Em jogos, é comum que muitas meninas ainda sintam-se pressionadas a não escolherem futebol ou pingue-pongue, por exemplo, com vergonha do que outros adolescentes podem expressar. Há uma rejeição a quem se atreve a ultrapassar essa linha de poder imaginário, na qual, o território masculino ou feminino, só pode ser ocupado por seus semelhantes. Toda e qualquer ação fora disso, é vista como “anormal”. “Nas escolas é possível perceber a existência de espaços e territórios delimitados para ocupação masculina e feminina” (BARRETO, 2008, p. 3)

Em episódios que há essa disputa de poder, e que ocorrem quebras e interferências nesses espaços já demarcados por meninas e meninos dentro da escola, podem ocorrer atos discriminatórios. Tais atos podem ser definidos também, como bullying, dentro dessa perspectiva, acha-se necessário entender como se acontecem na prática e por quê atos de discriminação por gênero podem recair neste lugar.

“As diferenças e peculiaridades nos modos de agir e reagir de meninos e meninas em situações de *bullying* são efeitos do processo de generificação dos corpos, cujas inscrições são produzidas em diferentes instâncias sociais, entre elas, a escola.” (Mattos e Jaeger, 2015, P. 350)

5.2 Docentes

As professoras, professores, coordenação, diretoria e demais funcionários precisam ter um papel importante na desconstrução de práticas sexistas no ambiente escolar. É notável que a visão biológica ainda prevalece quando o assunto é gênero, mesmo com alguns avanços nos estudos acadêmicos, tal temática ainda é

pouco estudada e debatida entre aqueles que ingressam em cursos de licenciatura, pedagogia.

“O Projeto Pedagógico de Curso e, sobretudo, os/as professores/as que o colocam em funcionamento, precisam deixar de olhar os corpos de meninas e meninos, garotas e garotos apenas a partir da perspectiva biologicista” (Mattos e Jaeger, 2015, P. 350).

Sabe-se que as identidades passam por construções e relações sociais e culturais, e de certa forma, cria-se uma distância do que é definido somente biologicamente. Dessa forma, é necessário uma leitura no âmbito antropológico, sociológico para que estudiant@s e educador@s se propunham a obter um olhar mais próximo da realidade, quando se fala em gênero e sua importância no ambiente escolar.

“O exercício do magistério pelas mulheres sempre foi balizado pelas regras que o Estado impunha. Um estado que era representado pelos homens e pela visão androcêntrica do mundo. Esses atributos definiam e modelavam o papel da mulher na função de professora, que nada mais era que uma extensão do trabalho doméstico e das funções de esposa e mãe, estereótipo eternizado pela imagem que a sociedade tinha da mulher.” (CORRÊA, 2010, P. 54).

Tentativas que envolvam alunas e alunos em uma mesma atividade, sem que o gênero possa ser motivo de exclusão, observar e analisar as brincadeiras que fazem parte do dia a dia d@s estudiant@s, reconhecer as diferenças e ajudar na aceitação destas, podem ser um começo para que combata-se a discriminação por gênero em escolas. É importante o envolvimento das professoras e professores, pois dentro do ambiente escolar, são eles os responsáveis por nortear e combater qualquer tipo de violência, seja ela física ou simbólica.

5.3 Políticas Públicas

O mapa da violência 2015 mostrou que o Brasil é o quinto país no mundo que mais mata mulheres só porque estas mesmas estão na condição de mulher. A violência por motivo de gênero perpetua a sociedade brasileira, trazendo à tona o modelo patriarcal, machista e sexista do país.

O histórico de políticas públicas brasileiras que combatem a violência por gênero no país é relativamente novo. Só a partir da década de setenta, quando os movimentos feministas começaram a trabalhar de forma mais efetiva em todo mundo, é que se começa a pensar em políticas voltadas diretamente para proteger

mulheres da violência, seja no campo físico ou simbólico. Em fevereiro de 1984 é que o Brasil, pela primeira vez, decide acolher a decisão das Organização das Nações Unidas (ONU) realizada na década de setenta, na qual, aprovava o combate a todas as formas de discriminação contra à mulher.

O ano de 1985 foi um marco neste combate à violência e discriminação à mulheres, pois é nele que nasce o primeiro Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres e logo após, surge a primeira delegacia especializada em atendimentos à mulher. A constituição de 1988 reconheceu a igualdade entre homens e mulheres, mas na prática, muito pouco era feito para que isso realmente acontecesse.

As tentativas de assassinato praticadas pelo marido de Maria da Penha Maia Fernandes na década de oitenta e levadas a corte internacional, deram origem a Lei Maria da Penha, aprovada em sete de agosto de 2006, no governo de Luís Inácio Lula da Silva. A lei alterou o Código Penal e determinou pena maior para agressores.

A Lei do Femicídio aprovada em março de 2015, governo de Dilma Rousseff, também é um exemplo de algumas políticas públicas que vêm sendo realizadas para combater a violência por gênero no país.

Essas são algumas políticas públicas que o Brasil adotou para combater a violência e discriminação por gênero no país. Há muito a ser feito ainda, pois as estatísticas demonstradas neste projeto, comprova que na prática, os direitos e equidade requerida há tantos anos, por meio de muitas lutas, ainda está distante de se tornar uma realidade na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAREGNATO, R.C.A; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa : análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto Enferm.* Florianópolis, 2006 Out-Dez;15(4): 679-84. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>. Acesso em: 12. set. 2017.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o Feminismo**. *Disciplinas USP*. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf. Acesso em: 08. ago. 2017.

CORRÊA, V.S.A. A Visão Androcêntrica do Mundo: elemento facilitador para o acesso dos homens à gestão escolar. **Jornal de Políticas Educacionais**, n. 7 ,Janeiro–junho de 2010, p. 53–60. Disponível em: http://www.jpe.ufpr.br/n7_6.pdf. Acesso em: 22. out. 2017.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. Disponível em: <http://www.queconceito.com.br/juventude>. Acesso em: 22. nov. 2017.

Disponível em: <https://www.significados.com.br/preconceito/>. Acesso em: 27 nov. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, N.L. Educação, Raça e Gênero: relações imersas na alteridade. **Periódicos Unicamp**. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1862/1983>. Acesso em: 02. set. 2017.

GONÇALVES, P. **17 Mulheres Negras que Lutaram Contra a Escravidão**. Blogue Gelédes. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/17-mulheres-negras-brasileiras-que-lutaram-contra-escravidao-2/?platform=hootsuite>. Acesso em: 05. set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; **Dados e Estatísticas Mulheres no Brasil**. Disponível em:

https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaultestudos.shtm. Acesso em: 05. set. 2017.

NUNES, I.M.L. Gênero e Escola Não Sexista: O Olhar dos/as DocentesAlunos/as do PARFOR no Maranhão. 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero, 2012. Disponível em:

<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/333/229>.

Acesso em: 02. set. 2017.

LOURO, G.L. ; FELIPE, J. ; GOELLNER, V.S. **Corpo. Gênero e Sexualidade**. 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

LOURO, G.L. **Gênero, Sexualidade e Educação**. 16. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MATTOS, M.Z. , JAEGER, A.A. ; Bullying e as Relações de Gênero Presentes na Escola. **Revista da Escola de Educação Física da UFGS**, Porto Alegre, v. 21, n. 2., p. 349-361, abr./jun. de 2015. Disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/48001>. Acesso em: 05.

ago. 2017.

MENEGOTTO, O.M.L. O bullying escolar no Brasil: uma revisão de artigos científicos. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, v. 15, n.2, p. 203-215. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000200

[016](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000200). Acesso em: 06. jul. 2017.

ROSEMBERG, F. Educação Formal, Mulher e Gênero no Brasil Contemporâneo.

Estudos Feministas, ano 9. P. 515-540. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200011/8864>

. Acesso em: 05. mar. 2017.

SILVA, T.T. **A Produção Social da Identidade e da Diferença**. Editora Vozes, 2000 p. 73-102. Disponível em:

http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/a_producao_social_da.htm

TELES, M.A.A. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.